



Universidade Federal de Juiz de Fora

**COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO PEDRO DE CIMA: DIAGNÓSTICOS
DOS SABERES NECESSÁRIOS PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E
PATRIMONIAL.**

Autores: Maria Lucia Pires Menezes¹; Leonardo de Oliveira Carneiro²; Dayana Francisco Leopoldo³; Gabriel Lima Monteiro⁴; Ricardo Antônio Santos da Silva⁵; Régis Francisco Rafael Silva⁶.

Resumo:

O projeto **São Pedro de Cima: diagnósticos dos saberes necessários para uma educação ambiental e patrimonial** foi pensado e organizado enquanto projeto de extensão universitária. Para tanto, conta com professores e estudantes do curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora como grupo principal e gestor da pesquisa. A comunidade quilombola de São Pedro de Cima constitui uma realidade sócio-cultural-geográfica extremamente rica, ao mesmo tempo em que acessível ao trabalho de extensão. Adequou-se aos preceitos da ciência geográfica, ao entendimento da construção do espaço e território mediados pelas interações de fluxos e diferentes realidades sociais, bem como exemplifica a interação social dada pelas diferenças entre urbano e rural, entre cidade e campo, entre popular e intelectual, entre agricultores e estudantes, assim formatando o amálgama da formação da sociedade brasileira, ao possibilitar através de uma prática político-pedagógica, a troca de saberes e conhecimento entre comunidade e universidade a geração de subsídios às políticas públicas culturais e a geração de produtos culturais locais. O projeto culmina com a proposta de criação de um ECOMUSEU

Palavras-Chave: Memorial, Social e Patrimônio.

¹Maria Lúcia Pires Menezes. Professora Associada. Doutora em Geografia do Departamento de Geociências da UFJF.

²Leonardo de Oliveira Carneiro. Professor Assistente da UEMG

³Dayana Francisco Leopoldo. Graduanda em Geografia.

⁴Gabriel Lima Monteiro. Graduando em Geografia. Bolsista de Extensão

⁵Ricardo Antônio Santos da Silva. Graduando em Geografia. Bolsista de Extensão.

⁶Régis Francisco Rafael Silva. Graduando em Geografia. Bolsista de Iniciação Científica.

Introdução:

Localizado na região da Zona da Mata Mineira (sudeste do Estado, fazendo divisa com os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), microrregião de Muriaé, entre as Serras do Caparaó e do Brigadeiro e tendo como vias principais de acesso a BR-116 e a MG-265, está o município de Divino, limítrofe (entre outros) aos municípios de São João do Manhuaçu, Orizânia, Espera Feliz, Caparaó e Carangola. É exatamente neste contexto que se situa a Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima, caracterizada como zona rural deste município. A população rural se espraia nas encostas do alto e médio vale do rio São Pedro sobre altitudes que oscilam entre 900 e 1200 metros.

Em São Pedro de Cima subsiste uma geração de trabalhadores rurais dos tempos em que a acessibilidade à região era precária, o que determinou certo isolamento das famílias negras que aí viviam. Esta situação, por sua vez, criou uma intensa vida comunitária que, embora semi-isolada foi capaz de se manter, graças ao trabalho conjunto e a reprodução de uma vida social e cultural orientada pelos próprios moradores. Identifica-se até os dias atuais forte influência de ritos de catolicismo popular mesclado a praticas de curas e benzeção de origens afro-brasileiras e indígenas, sendo até hoje preservados algumas festas e comemorações que marcam o calendário religioso católico. Nos anos 80 a revitalização e programas de incentivo da cultura cafeeira tornou a comunidade mais complexa na sua organização social e econômica. Tendo sido introduzido o cultivo do café, esta atividade foi aos poucos diferenciando pequenos e médios produtores, posseiros e trabalhadores rurais e trazendo a possibilidade de interações espaciais mais constantes com municípios vizinhos.

Apesar de um perfil sócio-econômico mais diverso a comunidade mantém-se íntegra e integrada através da vida do trabalho em função, principalmente do cultivo da café. As especificidades do manejo desta cultura mantém, por exemplo, o trabalho de mutirão no período da “panha” do café, contribuindo, assim, para o estreitamento da vida comunal. Um dos diferenciais de São Pedro de Cima diz respeito ao contingente expressivo de afros-descendentes que convivem há tempos na região, o que aponta para a existência no passado de uma comunidade negra relativamente isolada e, por isto mesmo, preservada até os dias atuais nos seus aspectos culturais e comunais. No aspecto histórico cultural, destaca-se por ser uma comunidade remanescente de quilombo, tendo inclusive já obtido a certificação, em 28 de Julho de 2006 (data de publicação no Diário Oficial da União). O processo de consolidação da comunidade quilombola do São Pedro de Cima

pode ser compreendido como um vetor de modernidade e politização da base comunitária e que deve também ser apreendido como produtor de patrimônio cultural. Por isto se entende e advoga a o procedimento de considerar a importância da *práxis* da educação ambiental e patrimonial de toda região compreendida pelos habitantes e moradores do São Pedro de Cima, independente de sua autoproclamação como quilombo.

Os grupos sociais ou a simples mobilidade da força de trabalho se relacionam no tempo e espaço. Através dos tempos e ao cruzar espaços, grupos sociais produzem, agregam e difundem saberes, hábitos e técnicas. Assim como o desenvolvimento tecnológico pode ameaçar o meio ambiente, a cultura pode ser ameaçada pelos efeitos da urbanidade e da urbanização. Atualmente as ruralidades estão em grande mudança influenciadas pelas demandas urbanas de consumo e lazer. O consumo urbano explica a produção agrícola em crescente volume de produção e sobre as demandas de lazer a cidade “vê” o campo como uma fonte de turismo ecológico e cultural.

Segundo Léfèbvre (2001;12) a relação urbanidade-ruralidade não desaparece; pelo contrário, intensifica-se trazendo outras representações e outras relações reais. Isto é, comunidades rurais e quilombolas, considerando-se como populações tradicionais e ao mesmo tempo inseridas na modernidade da circulação de mercadorias, bens e informações trazem ao mesmo tempo um acervo íntegro do passado que ora se choca ou interagem com os novos hábitos e meios de comunicação que emanam e “transbordam” do urbano interpenetrando-se no rural. Cabe a esta pesquisa, visto a importância destas práticas, estudá-las, discuti-las, compreendê-las, para que em uma parceria pesquisadores-comunidade, haja uma ação mútua, ou seja, o grande aprendizado como alicerce e reforço na luta pela resistência

A prática de extensão universitária precisa ser assumida como atividade nobre, pois propicia a realização das demandas sociais e culturais da população acadêmica, podendo permitir a divulgação e troca de conhecimentos em prol da construção de uma sociedade mais justa, culta e com usufruto pleno e seguro dos recursos ambientais. Assim, entende-se que a pesquisa de extensão possa significar o exercício da democracia dos saberes na promoção de uma relação dinâmica cultural que viabilize a integração e a sociabilidade entre a academia e a sociedade. Por outro lado, se reconhece e legitima os saberes socialmente construídos e historicamente preservados como fonte de conhecimento que contribui na formação do pesquisador e do estudante e constitui um alicerce fundamental na produção do conhecimento e contribuição inestimável à apreensão crítica do real. Sobre tais premissas se baseia o esforço de implementação deste projeto de

extensão, na medida em que os primeiros contatos com a realidade empírica abriram a porta de um universo diverso e complexo, passível e possível de realizar o intercâmbio de conhecimentos, a ampliação da cultura e práxis de uma vida cotidiana de bem-estar.

Esta oportunidade surgiu em Agosto de 2007, quando foi realizada uma pesquisa pela disciplina de Geografia Agrária no Curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde nos foi apresentada pela primeira vez à possibilidade de se realizar um trabalho de campo na comunidade de remanescentes quilombolas de São Pedro de Cima. Sendo assim, foi feito um primeiro estudo quantitativo e qualitativo da comunidade, um trabalho pioneiro em São Pedro de Cima, o qual serviu de base para a segunda visita, em maio de 2008, pelos alunos do 3º período do curso de Geografia da UFJF, também como trabalho de campo da disciplina Geografia Agrária. O presente projeto surge a partir da constatação da existência de problemas e/ou necessidades da comunidade, por parte dos alunos e professores, juntamente com demandas identificadas e apresentadas por alguns membros da própria comunidade, bem como da percepção por parte dos alunos de que os conhecimentos que estão sendo adquiridos, enquanto graduandos de geografia possibilitam o auxílio na construção e implementação de soluções. Tal perspectiva aparece também como um meio pelo qual evidencia a troca e o intercâmbio dos estudos preliminares à comunidade.

A extensão sob a ótica de Paulo Freire (Cf. 1988) está intrinsecamente relacionada aos conceitos de comunicação, educação e interação, numa prática que possibilite um diálogo entre formas diferentes de conhecer o que os homens conhecem formas essas estreitamente ligadas às diversas culturas e situações sociais nas quais estes homens estão inseridos. Ou seja, é necessário que tanto aqueles que praticam a extensão, como aqueles que por ela são atingidos, saibam estabelecer entre si uma comunicação e um processo interativo que se dê de forma mútua, onde ambos se comportem como educadores e educandos a um só tempo.

Assim, apresenta-se o São Pedro de Cima como uma realidade sócio-geográfica extremamente rica, ao mesmo tempo em que acessível ao trabalho de extensão. Adequou-se aos preceitos da ciência geográfica, ao entendimento da construção do espaço e território mediados pelas interações de fluxos e diferentes realidades sociais, bem como exemplifica a interação social dada pelas diferenças entre urbano e rural, entre cidade e campo, entre popular e intelectual, entre agricultores e estudantes, assim formatando o amálgama da formação da sociedade brasileira, ao possibilitar através de uma prática política pedagógica a troca de saberes e conhecimento entre comunidade e universidade.

Materiais e Métodos

Por se uma região produtora cafeeira e por tratar-se do café como cultura de mercado interno e externo os produtores locais alcançam renda principalmente na época da safra, o que significa a necessidade da gestão desta renda até o próximo momento de safra. Assim, neste interregno, o camponês se divide entre o trato da lavoura cafeeira e as demais culturas de base alimentícia e produtoras de alimentos para a criação de animais. O cotidiano de trabalho comunitário alcança seu auge na “panha” do café, quando se desenvolve uma intensa vida de relações entre vizinhos, companheiros e parentes. Sob este contexto emerge, então, uma intensa vida social que agrega valores e práticas do passado com as necessidades da vida no presente, significando um conjunto de práticas e saberes que justificam a importância da educação patrimonial. Trabalhar com a comunidade do São Pedro de Cima significa para o curso de Geografia e para a população local um oportunidade de intercambiar saberes e conhecimentos a cada etapa da pesquisa realizada. Num primeiro momento o projeto se dedicará à coleta de informações sociais e geográficas, a consolidação da relação de parceria com a comunidades, a identificar outros parceiros para a pesquisa e formar o quadro permanente de pesquisa.

O projeto prossegue com as oficinas de sensibilização para a educação patrimonial e o georreferenciamento da região trabalho este que na medida do possível corra paralelo ao diagnóstico ambiental. Espera-se que esta seja a etapa mais trabalhosa do projeto, pois simultaneamente precisa organizar a base de dados ambientais e culturais.

De posse das principais informações e dados que atendam aos objetivos da pesquisa segue-se à formação de um fórum local de pesquisa para organizar um calendário que inclua: apresentação do resultado do levantamento e identificação do acervo cultural a ser trabalhado e preservado, reconhecimento dos principais problemas ambientais e busca de medidas mitigadoras e parcerias técnicas, bem como registro do resgate e incentivo de práticas comunitárias ambientalmente positivas. Pretende-se prestar assessoria à discussão da questão quilombola e acompanhar o processo de reconhecimento e titulação da terra de quilombo.

Esta pesquisa tem no trabalho de campo seu método mais importante. A metodologia do trabalho de campo pressupõe num primeiro momento duas ações fundamentais: o georreferenciamento do território da comunidade e o levantamento de dados sócio-econômicos. *Pari passu* serão realizadas grupos de leitura para embasamento teórico com reuniões semanais (do grupo) para que se faça o planejamento das ações / aulas ou reuniões que serão executadas em campo e também para discutir o que será lido

como base teórica para a nossa formação. *A posteriori*, idas mensais a campo (permanecendo por todo o fim de semana, alojados na casa dos próprios moradores que inclusive já mostraram interesse em nos ajudar com a pesquisa) serão parte do trabalho, para que se faça o diálogo de identificação / detecção dos anseios da comunidade e com isso o projeto seja construído ouvindo também o que diz a população local. Fará parte do trabalho o processo de identificação dos impactos ambientais, os quais servirão de orientação para a educação ambiental (a qual estará também conjugada com a agroecologia, vista como um dos temas centrais deste processo educativo), bem como reuniões com alunos, professores, representantes do movimento negro AVURA, universitários, entre outras pessoas interessadas. O georreferenciamento da área de estudo é necessário para que possamos ter uma base cartográfica necessária à representação dos principais fixos naturais e construídos no espaço de vivência e que tenham funções importantes e estratégicas na reprodução ambiental, econômica, social e cultural da comunidade. Em seguida faremos o diagnóstico ambiental e o inventário do acervo cultural. Para tanto, torna-se necessário às pesquisas em campo, identificar a atual situação cultural da comunidade, selecionar acervo material, recolher registros da memória cultural junto aos mais velhos, identificar preceitos e ritos da vida social e religiosa e esportiva. Este material servirá para a discussão conjunta sobre a divulgação, o aperfeiçoamento e ações de resgate de hábitos, ritos e práticas culturais. Esta etapa será feita não apenas por registros orais, mas também se pretende através da observação participante vivenciar, na medida do possível, o calendário cultural da comunidade.

Recorreremos também aos trabalhos sobre a comunidade que já foram concretizados pelos alunos da UFJF tentando fazer a sistematização dos mesmos. A estrutura das reuniões (atuação em campo) será definida a partir dos resultados das pesquisas na comunidade. Seguir-se-á a proposta metodológica do IPHAN (<http://www.revista.iphan.gov.br/secao.php?id=1&ds=17>) no trato da implementação e divulgação da educação patrimonial que contempla 4 etapas:

Etapa 1: Observação: exercícios de percepção sensorial, por meio de perguntas, manipulação de objetos, medição, anotações, dedução, comparação, jogos de detetive, etc. Esta etapa objetiva identificar o objeto, sua função e significado, além do desenvolvimento da percepção visual e simbólica. Adequado ao trato com crianças e adolescentes.

Etapa 2: Elaboração de desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas, modelagem, etc.. Objetiva a fixação do conhecimento

percebido da análise crítica, desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.

Etapa 3: Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão e questionamento, avaliação de pesquisas e outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, documentos familiares, jornais, revistas, entrevistas, etc. Objetiva o desenvolvimento de capacidades de análise e julgamento crítico para a interpretação das evidências e significados.

Etapa 4: Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meio de expressão, como a pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo, exposição em classe. Objetiva o envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Registra-se que toda metodologia deverá ser antes discutida pelo grupo de pesquisa e apresentada a comunidade, para, então, se retirar os procedimentos que consensualmente forem considerados exequíveis de obter maior quantidade de informação e valor pedagógico em sua aplicação.

Resultados e Discussão

Esta pesquisa tem no trabalho de campo seu método mais importante. A metodologia do trabalho de campo pressupõe num primeiro momento duas ações fundamentais: o georreferenciamento do território da comunidade e o levantamento de dados sócio-econômicos. *Pari passu* serão realizadas grupos de leitura para embasamento teórico com reuniões semanais (do grupo) para que se faça o planejamento das ações / aulas ou reuniões que serão executadas em campo e também para discutir o que será lido como base teórica para a nossa formação. *A posteriori*, idas mensais a campo (permanecendo por todo o fim de semana, alojados na casa dos próprios moradores que inclusive já mostraram interesse em nos ajudar com a pesquisa) serão parte do trabalho, para que se faça o diálogo de identificação / detecção dos anseios da comunidade e com isso o projeto seja construído ouvindo também o que diz a população local. Fará parte do trabalho o processo de identificação dos impactos ambientais, os quais servirão de orientação para a educação ambiental (a qual estará também conjugada com a agroecologia, vista como um dos temas centrais deste processo educativo), bem como reuniões com alunos, professores, representantes do movimento negro AVURA, universitários, entre outras pessoas interessadas. O georreferenciamento da área de estudo é necessário para que possamos ter uma base cartográfica necessária à representação dos principais fixos naturais e construídos no espaço de vivência e que tenham funções

importantes e estratégicas na reprodução ambiental, econômica, social e cultural da comunidade. Em seguida faremos o diagnóstico ambiental e o inventário do acervo cultural. Para tanto, torna-se necessário às pesquisas em campo, identificar a atual situação cultural da comunidade, selecionar acervo material, recolher registros da memória cultural junto aos mais velhos, identificar preceitos e ritos da vida social e religiosa e esportiva. Este material servirá para a discussão conjunta sobre a divulgação, o aperfeiçoamento e ações de resgate de hábitos, ritos e práticas culturais. Esta etapa será feita não apenas por registros orais, mas também se pretende através da observação participante vivenciar, na medida do possível, o calendário cultural da comunidade.

Recorreremos também aos trabalhos sobre a comunidade que já foram concretizados pelos alunos da UFJF tentando fazer a sistematização dos mesmos. A estrutura das reuniões (atuação em campo) será definida a partir dos resultados das pesquisas na comunidade. Seguir-se-á a proposta metodológica do IPHAN (<http://www.revista.iphan.gov.br/secao.php?id=1&ds=17>) no trato da implementação e divulgação da educação patrimonial que contempla 4 etapas:

Etapa 1: Observação: exercícios de percepção sensorial, por meio de perguntas, manipulação de objetos, medição, anotações, dedução, comparação, jogos de detetive, etc. Esta etapa objetiva identificar o objeto, sua função e significado, além do desenvolvimento da percepção visual e simbólica. Adequado ao trato com crianças e adolescentes.

Etapa 2: Elaboração de desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas, modelagem, etc.. Objetiva a fixação do conhecimento percebido da análise crítica, desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.

Etapa 3: Análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão e questionamento, avaliação de pesquisas e outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, documentos familiares, jornais, revistas, entrevistas, etc. Objetiva o desenvolvimento de capacidades de análise e julgamento crítico para a interpretação das evidências e significados.

Etapa 4: Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meio de expressão, como a pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme e vídeo, exposição em classe. Objetiva o envolvimento afetivo, internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Registra-se que toda metodologia deverá ser antes discutida pelo grupo de pesquisa e apresentada a comunidade, para, então, se retirar os procedimentos que

consensualmente forem considerados exequíveis de obter maior quantidade de informação e valor pedagógico em sua aplicação.

Conclusão

Como produto final da pesquisa objetiva-se consolidar o resgate dos saberes comunitários, concretizados em proposta de consolidação anual da agenda cultural, da instalação de um ECOMUSEU na escola local, da confecção de um Atlas geográfico e cultural da localidade e do fortalecimento da associação de moradores e amigos, bem como de um fórum permanente de discussões dos principais problemas relativos à comunidade e ao seu meio ambiente.

A confecção do Atlas Geográfico Cultural tem um sentido geopolítico agregado, pois permite que se represente o domínio das terras da comunidade não só em suas características de localização geográfica, mas também agregando a história do assentamento e da ocupação das famílias na região. Através do registro de imagens será possível elencar instrumentos, práticas e produtos gerados na própria comunidade.

Bibliografia:

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio – ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: UNI-RIO: FAPERJ: DP&A Editora, 2003.

BACELAR, Jéferson & CAROSO, Carlos. (orgs). *Brasil: Um País de Negros?* Rio de Janeiro: Pallas ; Salvador , BA: CEAO, 1999.

BENSUSAN, Nurit. *Conservação da biodiversidade em áreas protegidas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. Ministério d Cultura. Revista eletrônica do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em : <http://www.revista.iphan.gov.br/index.php>.

CARNEIRO, Leonardo de O. *Requilombarse São Pedro dos Crioulos: Magia e Religião em São Pedro de Cima*. Rosário (AR), Encontro Internacional Humboldt, 2008.

CARVALHO, I. C.M. "Qual educação ambiental?", *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, n. 2, v. 2, abr./jun. 2001, p. 43-51

CARVALHO, Wilson Sérgio de. *Educação Ambiental e desenvolvimento comunitário*, Rio de Janeiro, RJ: Wak Editora, 2002.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 148 p.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

GONÇALVES, Carlos Walter P. – A Invenção de Novas Geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. IN: SANTOS, Milton et alli - *Territórios, territórios*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. pp. 375-409.

INCRA. Disponível em : <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 04 de junho de 2008.

MAIA, Eduardo José Pereira. *Cursinho Pré-Vestibular de Educação Popular do Campo em Espera Feliz – MG*. Viçosa: UFV. 2007

MARTINS, E. F.; GUIMARÃES, G. M. A. *As Concepções de Natureza nos livros de Ciências. Pesquisa em Educação em Ciências*, Goiás, Vol. 04, n. 2 ,2002.

MONTE-MÓR, R. L. *Urbanização Extensiva e Lógicas de povoamento: um olhar ambiental*. In: SANTOS, M. et al (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1996, pp. 169-181.

_____. - *Urbanização e Modernidade na Amazônia Contemporânea*. In: Limonad, E. et alli. *Brasil Século XXI por uma nova regionalização?*. São Paulo: Max Limonad, 2004 pp 112-122.

OLIVEIRA, V.G. de. *Educação ambiental e manejo de recursos naturais em área de proteção ambiental: o caso dos extratores de samambaias da Ilha Comprida - São Paulo* (dissertação de mestrado), Piracicaba, 2002.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. *Agroecologia: Unindo Reforma Agrária e Conservação Ambiental*. *Revista Brasileira de Agroecologia* Vol.2. Rio de Janeiro: UFF. 2007.

PALMARES, Fundação. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>>. Acesso em 04 de junho de 2008.

RATTS, Alecsandro J. P. *(Re) conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações*. In: FONSECA, Maria Nazareth S. (Org.) *Brasil Afro-Brasileiro*, Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2000, pp. 307-326.

STÉDILE, João Pedro. *Questão agrária no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Atual, 1997. 71p.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L., 2001. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record. _____ et alli - *Territórios, territórios*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

